

CAPÍTULO IX

Aspectos da graça e do risível em retórica¹

A retórica é, por excelência, um recurso muito necessário para a mudança de estados de ânimo. Presente nas polêmicas, nos esforços de ordenação e busca de equilíbrio, sustenta-se na capacidade do *ethos*² do orador de desencadear, por meio do manejo das palavras, os movimentos anímicos do *pathos*. É, por seu poder encantatório, vinculada a todas as ações sociais e culturais. Nesse sentido, sedimenta ou altera estados de espírito, move a disposição, modifica temperamentos e, por isso, liga-se intrinsecamente ao **humor**, uma vez que ao mostrar, pela construção discursiva, o valor positivo do ético, do justo, do belo, do honrável e da nobreza do acordo, ressalta nuances significativas da dimensão humana para, como objetivo maior, capturar a benevolência do auditório. Por ser inimiga da neutralidade, a retórica incita os **humores**: quando necessário, questiona as verdades absolutas, os dogmas, as autoridades, os idealismos, conclama o auditório a tomar uma posição e, para tal, vale-se do poder incontestável das palavras de provocar o amor, a raiva, o ódio, a cólera, o ciúme, todas as paixões e reações enfim. Em busca da persuasão, articula-se para fazer rir e fazer chorar, fazer tremer e dar segurança, fortalecer a esperança, requerer a prudência ou a ousadia, alterar a imagem de um e de todos porque, sempre, toca a mola dos afetos.

.....
1 Este capítulo foi originalmente publicado: FERREIRA, Luiz Antonio. Aspectos da graça e do risível em retórica. In: FERREIRA, Luiz Antonio; MAGALHÃES, Ana Lúcia (orgs.). **A retórica do risível**. Franca, SP: Crystal/Grupo Era, 2014, p. 39-52.

2 Optamos pela grafia e acentuação dos termos gregos utilizados dentro da Língua Portuguesa. Mantivemos o itálico e eliminamos todos os diacríticos de acentuação, uma vez que a acentuação do grego não obedece aos mesmos critérios da Língua Portuguesa; excetuamos os nomes próprios. (Nota das revisoras)

Pela prática da graça, o orador pode explorar o risível dos fatos sociais e, assim, despertar o riso do auditório. Por um princípio retórico simples, o contexto discursivo é determinante para o bom estabelecimento do acordo pretendido. Do mesmo modo, como todo ato retórico tem um propósito, é fundamental que o orador se valha dos inúmeros recursos textuais, discursivos, quinésicos e proxêmicos possíveis para obter a persuasão. Nesse sentido, um requisito fundamental, em inúmeras situações de ação retórica, é a **graça**, condição essencial para mover positivamente o ouvinte por meio do riso. Nos limites deste texto, a graça é atributo do *ethos*.

No *logos*, o orador, por meio da *inventio*, encontra os recursos necessários para determinar o risível, e, por fim, durante a *actio* busca, como *pathos*, o riso em suas diferentes manifestações, vistas como provas extrínsecas de que os deflagradores linguístico-discursivos foram bem ou mal utilizados na tentativa de alterar o humor do auditório.

Pela Graça dos deuses

Para os gregos, a Persuasão era uma divindade: *Peithó*. Ainda que nos fragmentos conhecidos e nas evidências arqueológicas, *Peithó* esteja sempre relacionada ao amor e ao sexo, liga-se também às funções voltadas para a vida pública de uma comunidade. Essa deusa associa-se, comumente, à figura jovem e bela da deusa do amor, nascida da espuma do mar: Afrodite, uma das personificações do mundo, um meio belíssimo de tradução das inúmeras experiências do ser humano e, simultaneamente, um dos espelhos de nossas limitações e de nossa relação com as paixões. Como não comovemos um auditório apenas com o uso racional das palavras, Afrodite é um bom exemplo de associação de aspectos vibrantes do *ethos* com poder de persuasão.

Conhecida secularmente como “a amiga dos sorrisos” (*philommeides*), a figura divinizada de Afrodite remete-nos ao universo da alegria, da doçura, dos jogos e da paz. À beleza singular, atributo primeiro dessa deusa grega, associa-se o poder encantatório (*kharis*), capaz de comover Zeus, o deus dos deuses do Olimpo. A literatura, desde Homero, chama-a de “a Dourada de doce sorriso” (*glykymeilikhos*) e nas aventuras maravilhosas da mitologia grega, Afrodite está sempre acompanhada pelas Cárites (ou Graças, como também eram conhecidas): Aglae (a Brilhante, o Esplendor), Tália (a Verdejante) e Eufrosina (a Alegria da Alma). Constantemente rodeada pelo brilho úmido do prazer, Afrodite é o símbolo da beleza e do encanto feminino. Conhecida também como Cipris, seu poder foi cantado por expressivos escritores da Antiguidade como Sófocles e Homero. Afrodite era completa

em graça (*kecaritwmenh*), dotada de encantadora faceirice e, muito em função desses dons, de um admirável poder de persuasão. O trecho a seguir exemplifica bem o empenho discursivo e o movimentar das paixões no auditório em uma instância retórica muito articulada:

Caberia mobilizar as paixões em situações retóricas? As paixões não obscurecem a razão impedindo a deliberação? Górgias de Leontini foi duramente criticado por proceder dessa maneira, por mobilizar os auditórios com discursos bem feitos, belos, apaixonados, conduzindo o povo em direção aos seus objetivos. Resta-nos, de Górgias, o Elogio de Helena. Sabemos que Helena, a mais bela das mulheres, casada com Menelau, o rei de Esparta, foi raptada por Páris, príncipe troiano. Como Páris realizou tal façanha? Ele fora convocado por três deusas: Afrodite, Hera e Atena, que desejavam estabelecer qual seria a mais bela. **Cada qual procurou persuadir o jovem príncipe, que se rendeu ao proposto por Afrodite, deusa do amor**, que lhe ofereceu Helena por esposa. O rapto de Helena produziu a Guerra de Troia, resultado da vaidade das deusas, do suborno, da incúria, porém os Gregos atribuíram-na a Helena. Como, pergunta Górgias, ela pode ser culpada? Sua beleza não decorreria de qualquer ação pessoal, mas do destino. Seu rapto, da vaidade das deusas; e, do suborno de Páris. Foi raptada, não decidiu. Em lugar de culpada, uma vítima. Pela urdidura do discurso, por sua composição e eloquência somos persuadidos da necessidade de absolvição de Helena. (MAZZOTTI, 2011, p. 96, grifo nosso).

O trecho destaca o poder persuasivo de Afrodite e, lembramos, essa deusa grega era acompanhada pelas Graças, componentes fundamentais de seu jeito de ser e de estar no mundo. Ao vencer na argumentação, Afrodite por certo embasou de razões uma ideia e explorou o lado afetivo da questão. Ao persuadir Páris, a bela deusa deve ter rido muito por ter conquistado uma vitória, já que o riso, como fenômeno social, exige pelo menos três elementos essenciais: um ser que provoca o riso, outro ser que ri e um terceiro, de quem se ri. Seu riso, por certo, pode ser classificado entre aqueles constantes da divisão feita por Hobbes: “rir das próprias ações, das fraquezas do outro e dos ditos ou atos engraçados” (ALBERTI, 2011, p. 129). O resultado obtido pelo argumento da bela deusa grega nos mostra, por outro lado, a força do *pathos*, o caráter violento e perturbador das forças passionais.

Outro momento em que a graça contribui para provocar sorrisos e risos significativos e reveladores de mentalidades capazes de enternecer os deuses, está numa passagem, bem lembrada por Minois:

O riso como simples válvula de escape, o riso como acolhida, o riso de sedução, o riso de ternura existem também, mesmo entre os deuses: quando o dono do Olimpo recebeu o pequeno Hermes, que negou ter roubado os bois de seu irmão, Zeus gargalhou ao ver com quanta arte e habilidade essa criança mimada negava o roubo dos bois. Trata-se, ainda, de um riso de cumplicidade indulgente. Quanto ao sorriso de Afrodite, ele é, ao mesmo tempo, plenitude divina, enigma, sedução, astúcia e engano. (MINOIS, 2003, p. 47).

Hermes, filho de Zeus e de Maia, uma das Pléiades, nascera em uma caverna da Arcádia e, logo após o nascimento, foi colocado em um cesto por sua mãe. Sem que ninguém percebesse, Hermes fugiu para Tessália. Lá, roubou várias cabeças de gado do rebanho de Admeto, que Apolo deveria estar cuidando. Ladino, escondeu o gado roubado em Pilos, na Messênia. Voltou à sua caverna antes de o dia terminar e deitou-se, muito quieto, em seu cestinho.

Hermes, então, havia de fato roubado os bois de Apolo, mas argumentava com graça e talento a ponto de provocar o riso indulgente de Zeus. Hábil o suficiente para não hostilizar o dono do Olimpo, o menino valeu-se de um recurso muito necessário em situações conflitantes: *urbanitas*, termo que pode ser traduzido por uma demonstração de serena presença de espírito para expor, polidamente, por meio de réplica espirituosa, uma defesa necessária. Hermes demonstrou conhecimento de *gravitas*, ao temperar os excessos de sua sublime exaltação mentirosa. Elegante, quase nobre e espirituoso, o discurso fortificou a consistência do *ethos* do garoto ao levar o auditório a praticar uma propriedade intrinsecamente humana: o riso (*homo risibilis*). Zeus, por certo, compreendeu as nuances sórdidas do caráter de Hermes, mas louvou a competência e inteligência demonstrada pelo menino. Nesse caso, o riso complacente contém em si um outro: o riso transgressor. Zeus, o auditório, estava consciente da simulação, da aparência discursiva e, no ato de gargalhar, entendia por certo como o risível abala os *frames*, os esquemas, os planos, os *scripts* e os modelos mentais. A graça de Hermes está no *ethos* e o risível encontrado nasceu da controvérsia, da incongruência, do ilógico, do inescandível. Consciente ou não de que seriedade e aparência de respeitabilidade podem ser recursos para provocar o bom humor, em função do caráter burlesco do discurso, Hermes, supõe-se, percebeu que, em determinados atos retóricos, o risível constrói seu próprio *script* e diverte-se com a estupidez, com a esportez, com o absurdo, o ridículo, o mesquinho, o rústico.

Para o orador, o importante é persuadir e todos os recursos discursivos são válidos para atingir seu objetivo. Essa característica da retórica nos faz refletir sobre dois aspectos constitutivos do *ethos*, pois envolvem a questão da aparência do caráter do orador: um deles, fundado na moral, engloba as atitudes

e virtudes nascidas da honestidade, benevolência ou equidade necessárias para obter persuasão. Outro, porém, de sentido mais neutro, refere-se aos hábitos, modos e costumes do orador. Hermes, desonesto, mas aparentando honestidade, sensivelmente, subverte os princípios morais esperados e provoca adesão como *pathos* para um singular auditório propenso ao riso fácil. Zeus riu-se da graça com que a verossimilhança foi obtida. Hermes valeu-se de sua graça.

Pela Graça dos Homens

Herdamos, do latim, um vocábulo altamente polissêmico e de fundamental importância para nossos propósitos neste texto: **graça** (*gratia, ae*), que se liga intimamente ao ato de seduzir, de encantar, de explorar um dom natural para movimentar os humores. Quando precisamos de uma dádiva ou favor, pedimos graça. Quando alguém está bem consigo mesmo, vive em estado de graça. Se apreciamos uma pessoa ou gostamos de algum objeto, dizemos que é uma graça. Momentos cômicos são momentos de graça e há pessoas que gostam de fazer graça. Um ser que possui harmonia e leveza de formas e de movimentos é cheio de graça e também o é se exalar encanto pessoal. Graça liga-se a ações positivas de reciprocidade: predisposição amigável, boa vontade, benevolência, simpatia, prestígio, proteção. Por outro lado, constrangedor em qualquer circunstância é ficar sem graça. Perder a graça, pois, relaciona-se intimamente aos estados de humor. Não ser de graças é denotar claramente a ausência de bom humor, é ser insípido, sem graciosidade ou encanto, é não ser interessante, atraente, ou original. O mau humor dos sem graça é sempre insípido. Graça, portanto, liga-se objetivamente à constituição do *ethos* do orador, uma vez que todo ato de expressão se efetua em um espaço social, sob determinadas condições de menor ou maior tensão, numa dependência direta do estatuto daquele que se apresenta no discurso, do papel que desempenha, da imagem que o orador fornece de si próprio por meio de seu discurso.

O uso da graça, revelado no momento de mover o auditório, porém, é que faz variar a intensidade do efeito. É inegável ser o riso um fenômeno cultural que, como afirma Bergson (1993), tem uma função social e, nesse sentido, acrescentamos, o risível – encontrado na *inventio* e nos adequados **lugares** comuns – assume uma importante função retórica. Como tal, exige engenho do orador porque a prática da graça requer uma boa noção do limite de aceitabilidade do auditório. Como ocorre na maioria dos atos retóricos, nem sempre a demonstração racional de um fenômeno é suficiente para alterar os espíritos. Não raro, o orador necessita associar razão e emoção para que a palavra, fortificada pelo efeito risível, transforme potentemente os estados emocionais (*pathe*), como percebemos facilmente no exemplo a seguir:

Nos últimos dias do aeroporto de Stapleton, em Denver, um voo lotado da United foi cancelado. Uma única funcionária estava remarcando os voos dos passageiros contrariados, que formavam uma longa fila. De repente, um passageiro nervoso abriu caminho até o guichê e bateu com sua passagem no balcão, dizendo: “TENHO de ir nesse voo e TEM de ser de primeira classe.” A funcionária respondeu: “Sinto muito, senhor. Ficarei feliz em tentar ajudá-lo, mas preciso ajudar essas pessoas primeiro, e tenho certeza de que vamos dar um jeito.” O passageiro não se convenceu. Perguntou em voz alta, para que os passageiros atrás dele pudessem ouvir: “Você faz ideia de quem eu sou?”. Sem hesitar, a funcionária sorriu e pegou seu microfone. “Um momento de atenção, por favor,” começou, sua voz ecoando pelo terminal. “Temos um passageiro aqui no portão QUE NÃO SABE QUEM ELE É. Se alguém puder ajudá-lo a descobrir sua identidade, por favor, venha até o portão.” Com o pessoal na fila atrás dele rindo histericamente, o homem fulminou a funcionária com o olhar, cerrou os dentes e xingou: “[Expletivo]-se!”. Sem vacilar, ela sorriu e disse: “Sinto muito, senhor, mas o senhor terá que esperar na fila para isso também.” (PINKER, 2008, p. 34).

Como se percebe, o risível, racionalmente provocado por meio da exploração do movimento das paixões, é componente persuasivo muito útil se bem empregado durante a *actio*. Nesse sentido, dentre as inúmeras qualidades necessárias ao orador para bem conduzir seu auditório, reside a virtude do estilo associada à noção de polidez e de respeitabilidade. É fundamental que o discurso seja socialmente aceito. Como reza a tradição retórica, o orador não deve ser o “escurra”, alguém que não conhece os limites do humor impostos pela seriedade (*gravitas*). O autor anônimo do texto acima entendeu perfeitamente que tomar a palavra é um ato social que envolve compromissos com as relações de poder, com a constituição de identidades, com a capacidade de construir e desmontar as relações entre orador e auditório. Entendeu, sobretudo, a necessidade retórica ligada à “adequação” a fim de, no tecer discursivo, imprimir aos enunciados e referentes uma carga altamente persuasiva.

Aristóteles, no livro terceiro de a *Arte Retórica*, fornece o mote para as reflexões que pretendemos empreender neste texto:

O estilo terá a conveniência desejada, se exprimir as paixões e os caracteres e se estiver intimamente relacionado com o assunto. Esta relação existe quando não se tratam de modo rasteiro assuntos importantes, nem enfaticamente assuntos vulgares, quando não se enfeita de ornamentos uma palavra ordinária; de contrário, cai-se no estilo cômico, como sucedeu com Cleofonte, certas expressões do qual eram deste tipo: “Venerável figueira”. [...] O que contribui para persuadir é o estilo próprio do assunto. (ARISTÓTELES, s/d, p. 187).

O termo enfatizado pelo estagirita é “adequação”. O assunto determina a intensidade das paixões do auditório e faz entender como o orador pode valer-se do “nome da rosa” – (expressão usada na Idade Média para denotar o infinito poder das palavras) – para alterar as afecções ou emoções que, mais do que os estados (*hexeis*) ou caráter (*ethos*), são partes muito suscetíveis de alteração porque se ligam a um objetivo inalienável da constituição humana: a busca da felicidade. Em certas situações, como a retratada no exemplo acima, portanto, o estilo pode ser cômico, porque o assunto assim requer. Se a intencionalidade, característica intrínseca do discurso, for a de fazer rir, podemos entender o riso como uma atividade responsiva à recepção de um tipo de discurso, em função de um ato retórico construído intencionalmente para ser risível. Se houver adequação, o riso provocado pode ser sinônimo do sucesso do orador no que tange à pertinência retórica encontrada por meio de respostas a perguntas como essas: “Que recursos usar para provocar o riso adequadamente?”, “Em que **lugar** retórico apoiar a frase, figura ou expressão risível?”, “Como, enfim, fazer bom uso do risível no discurso?”. Há questões mais complexas e antecedentes que, certamente, têm lugar na *inventio*, como as seguintes, presentes no *De Oratore*, de Cícero (2003): “Qual é a natureza do riso? O que o produz? Convém ao orador querer excitá-lo? Até que ponto? Quais são os gêneros do risível?”. As duas primeiras questões não dizem respeito propriamente à retórica, mas as demais merecem, sempre, acurada reflexão. Ressalte-se que, sejam quais forem as respostas, o uso de determinadas técnicas retóricas, quando empregadas com aparente ou real integridade, auxiliam no convencimento do auditório em função da carga de verossimilhança contida no discurso. Justamente por não ver a exploração do risível como argumento, o auditório se vê envolvido pelas técnicas articuladas minuciosamente para provocar adesão, o fim maior da retórica.

Se o orador optar, por exemplo, em determinado momento da *actio*, por um trocadilho, precisa assegurar-se de que o riso será o *pathos* inevitável. Há poucas situações mais constrangedoras do que contar uma piada e não ouvir a risada fácil e solta do auditório. Os trocadilhos, classificados na *Arte Poética*, não podem ser utilizados indiscriminadamente. Como afirma Aristóteles (s/d), alguns se assemelham bem ao cavalheiro, outros não. É preciso, portanto, verificar que tipo melhor se adapta a cada auditório, pois, como artifício retórico, essa figura serve de préstimo na controvérsia e é utilizada para neutralizar a seriedade imposta pelo discurso oponente. O riso, como resultado de uma ação retórica, denota o estado do humor do auditório, a disposição para ouvir e congrega ideias. A funcionária do aeroporto, aqui denominada “orador”, para instaurar seu *ethos*, demonstrou ter uma natural veia cômica, e, no meio linguístico, foi hábil na demonstração de seu temperamento espirituoso, um estilo gracioso e sensível, capaz de perceber e de expressar o que pode servir para conquistar adesão do auditório.

A funcionária corria riscos discursivos muito delicados. Como a escolha da comicidade recaiu sobre a figura da ironia, muito apropriada para criar situações risíveis, o cuidado retórico precisou ser ainda maior. A ironia pode sim fazer rir, mas também pode provocar cólera indesejada. Figura sutil, é, no dizer de Aristóteles, mais apropriada ao cavalheiro do que ao bufão (escurra): “o homem irônico diverte-se a si próprio; o bufão, a outras pessoas” (ARISTÓTELES, s/d, p. 190). Cada riso provocado tem, nesse sentido, um objetivo e, se racionalmente incluído na *actio*, necessita dar respostas para algumas questões cujas respostas interferirão na potencialidade do *pathos*: Qual é o efeito do riso de escárnio provocado pela zombaria do orador? Qual, enfim, o efeito persuasivo de cada uma das dezenas formas de rir? Há um riso bom, que provoque sentimento de afeto e de simpatia? Há um riso maldoso e cínico, que instigue a maledicência? Há um riso imoderado, que, por ser saudável no instante da *actio*, provoque satisfação? Às vezes é necessário explorar o humor negro para obter uma gargalhada com valor argumentativo? Propp estuda meticulosamente a questão do riso e fornece pistas para articulação retórica por meio do que considera como “deflagradores do humor: a paródia, o trocadilho, o exagero, o paradoxo, a tirada e a ironia” (PROPP, 1992, p. 84-125). Muito tempo antes, porém, Cícero (2003) recomendava atenção para os tipos de riso: elegante (*elegans*), polido (*urbanum*), inventivo (*ingeniorum*), engraçado (*facetum*), inaceitável (*inliberare*), petulante (*petulans*), infame (*flagitiosum*), obsceno (*obscenum*) e os deflagradores do humor podem, dependendo do contexto retórico e dos objetivos do acordo, provocar risos dessa ou daquela natureza e, assim, funcionarem como bons ou maus argumentos do orador.

Um texto pós-aristotélico, herdado da tradição da Antiguidade, denominado *Tractatus Coisnianus*, classifica o risível em dois tipos: as expressões de língua (*lexis*) e os eventos e as coisas (*pragmata*) (ALBERTI, 2011). Os efeitos linguísticos para o discurso, de acordo com esse documento, resumem-se em sete: a homonímia, a sinonímia, a repetição de palavras, a paronímia, a forma diminutiva da expressão infantil, a modificação de palavras por gestos ou voz e erros de gramática. O *Tractatus* omite, porém, a metáfora, o único recurso a que se refere Aristóteles na *Poética* (ALBERTI, 2011, p. 55), mas faz uma classificação interessante sobre os tipos de oradores: o ironista, o fanfarrão e o fazedor de chistes. Ressalte-se que a graça é pré-requisito para alcançar qualquer um dos tipos citados e o intento é sempre o mesmo: fornecer instruções necessárias para o bom uso do risível no discurso.

Evidentemente, como já ressaltamos, é o contexto retórico que recomenda o uso deste ou daquele deflagrador do humor, uma vez que o texto, visto como reflexo palpável de uma atividade situada, é dependente de um sistema de crenças, suposições e propósitos que tem natureza linguística

e interacional simultaneamente. Assim, delimitado por circunstâncias externas, o orador, dotado de uma graça natural ou não, precisa ter consciência muito clara do que é risível numa determinada comunidade. Cícero, ao abordar a questão da graça e de suas limitações, indica – em consonância com Aristóteles – o limite do orador a “aquilo que é adequado” e essa barreira racional implica respeitabilidade, elegância, polidez e engenhosidade (GRAF, 2000, p. 52-53).

O risível pode sim fazer nascer o riso pelo riso quando, produto espontâneo da veia discursiva, esconde a intencionalidade e caracteriza o brincar. Pela exploração do risível, é certo, o orador consegue, numa dependência direta de seus propósitos, debochar, ridicularizar, diminuir, violar, vilipendiar, engrandecer, enaltecer, louvar. Todos esses atos, quando postos na *actio*, revelam sobremaneira o uso do risível no gênero laudatório (epidítico). Nesse caso, o orador pode valer-se, se achar adequado, de citações, provérbios e tropos que traduzem estados de humor mordazes, cáusticos, zombeteiros, ingênuos, alegres, nervosos ou tristonhos. É a habilidade do orador que determina o uso do recurso risível, mas é sempre útil lembrar as recomendações de Quintiliano (1977) sobre o desejo de fazer rir: a graça deve conquistar a plateia, deve conquistar o juiz para relaxá-lo, despertá-lo para um aspecto do assunto, diverti-lo com propósito definido. Se, por exemplo, o desejo do orador é corrigir a perversão, o uso do escárnio, como recurso retórico que objetiva vilipendiar, pode servir para criticar os desvios de comportamento dos membros de um grupo (MINOIS, 2003).

Não há dúvida de que o risível, de um modo ou de outro, influencia o estado de ânimo do auditório e, quando retórico, habita o mundo da *doxa*, daquilo que é, mas poderia ser diferente. No plano linguístico, poderíamos dizer que ocupa uma faceta do lado patológico da linguagem verbal, justamente por quebrar as barreiras do que é considerado “normal” ou “sério”. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), o cômico do discurso (entendido como exploração do risível) só é possível na argumentação, pois se opõe à univocidade, à intemporalidade e ao caráter inelutável das conclusões. O riso, enfim, tem por objetivo o prazer e, nesse sentido, liga-se ao agradar (*delectare*), sem que se discuta a natureza verdadeira ou falsa do fazer provocado. Essa afirmação sustenta-se na de Quintiliano de que o risível pode desviar a atenção prestada aos fatos e suscitar no ouvinte circunstâncias propícias à calma e à amizade em busca da ausência de sofrimento. Como indica Marques Júnior (2008), Cícero no *De Ridiculus*, e o próprio Quintiliano em *De risu* asseguram que o riso não é uma doutrina, mas uma forma de captação de afeto dos ouvintes em busca do sucesso na argumentação. Nesse sentido, ao explorar o risível, muito provavelmente, o pior erro retórico reside na não compreensão da natureza do auditório. Para não hostilizar a plateia, o orador precisa tomar cuidado com Dioniso, o deus do riso, que sempre andava acompanhado por sátiros hilários e

desbragados – porque esse deus maroto, embora represente a alegria de viver, é sempre “perigoso, ambíguo, ambivalente, perturbador, misterioso, inquietante” (MINOIS, 2003, p. 35). Como conceito, então, o risível contribui para a constituição do *ethos* do orador e vincula-se ao conceito de *urbanitas*. O risível, visto como argumento, por possuir capacidade de provocar dor e prazer, atinge as paixões humanas e as transforma menos ou mais potentemente, em consonância com a exploração das paixões latentes no auditório.

Movimentar o auditório por meio do riso pode, portanto, ser muito perigoso ou muito confortável. Diante de uma questão, valer-se do risível é, para o orador, uma tentativa de seduzir, simultaneamente, como em qualquer ato retórico, o sujeito pragmático (movido pelo fazer), o sujeito cognitivo (movido pelo saber) e o sujeito passional (movido pelo sentir) que, com menor ou maior predominância de um ou outro, estão indissociavelmente presentes em cada membro do auditório que reage, em maior ou menor grau, ao poder estilístico e retórico do orador.

.....

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. 15. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BERGSON, Henri. **O riso. Ensaio sobre o significado do cômico**. Tradução Guilherme de Castilho. Lisboa: Guimaraes Editores, 1993.
- CÍCERO, Marcus Tullius. **De oratore**. Dulles, USA: Intl Pub Marketing, 2003.
- GRAF, Fritz. Cícero, Plauto e o riso romano. *In*: BREMMER, Jan; ROODNBURG, Herman (orgs.). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 170-195.
- MARQUES JUNIOR, Ivan Neves. **O riso segundo Cícero e Quintiliano**: tradução e comentários de *De oratore*, livro II, 216-291 (*De ridiculis*) e da *Institutio Oratoria*, Livro VI, 3 (*De risu*). 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAZZOTTI, Tarso. Sinta quem lê, ouve, vê. *In*: BRANDÃO, Carlos da Fonseca (org.). **O lugar das paixões na educação**: uma abordagem teórico metodológica. Nova Petrópolis-RS: Editora Nova Harmonia, 2011, p. 96-122.

MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Ed. Unes, 2003.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINKER, Steven. **Do que é feito o pensamento**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Institution oratoire**. Tradução de Jean Cousin. v. 4. Paris: Les Belles Lettres, 1977.